

## SERÁ QUE A SUA PUBLICAÇÃO É MESMO NECESSÁRIA?<sup>1</sup>

Arturo Sangalli<sup>2</sup>

RESUMO	Discussão sobre a relevância acadêmica e política das publicações universitárias hoje..		
palavras-chaves	ciência	universidade	política

**P**ublicar ou perecer, assim diz o ditado no meio acadêmico – ou, no caso excepcional e deplorável do escritor Salman Rushdie, publicar e perecer. Já que as agências de fomento à pesquisa e os conselhos responsáveis pelas promoções nas carreiras docentes dão tanto valor ao número de *papers* que um pesquisador tenha publicado, a produção de uma sucessão constante deles tornou-se uma meta nela mesma – o que é muito ruim para aqueles que publicam apenas quando têm algo importante para relatar.

O caso do pesquisador X, que prefere se manter incógnito, é significativo. X pertence a um pequeno grupo de cientistas que contesta a doutrina cosmológica conhecida como *big bang*. Nos últimos 10 anos, ele vem trabalhando numa teoria alternativa, mas ainda não publicou uma única linha porque acredita que seu trabalho ainda está incompleto. Ele também não solicitou nenhum subsídio – sem nada para mostrar por seu esforço, e ainda por cima trabalhando na teoria “incorreta”, ele não teria mesmo nenhuma chance.

Por isso, apesar dos 10 anos de trabalho num assunto tão importante quanto as origens e evolução do Universo, X não é reconhecido pela administração de sua universidade. Na verdade, não mais do que se ele tivesse usado seu tempo para surfar, fazer um bico ou qualquer outra coisa irrelevante para a ciência. No entanto, na época em que X decidiu mudar da matemática pura para a cosmologia, ele já era professor titular e tinha estabilidade, o que quer dizer que a sua situação profissional já estava definida. Mas quantos cientistas jovens podem se dar ao luxo de passar 10 anos trabalhando numa teoria polêmica ou num problema complexo, cujos resultados podem ser de difícil obtenção? Os financiamentos e adiantamentos para pesquisa, assim como seus próprios empregos, estariam em perigo se eles não prestassem contas, regularmente, à instituição burocrática na forma de publicações.

O caso de X poderia ser descartado como o de um cientista medíocre que não tem sucesso com sua pesquisa. Na ciência, assim como no esporte, somente as realizações trazem as honras – tentar apenas não é suficiente. Foi isto o que aconteceu com Andrew Wiles, da Universidade de Princeton, que resolveu, em 1994, o mais famoso problema da Matemática demonstrando o Teorema de Fermat. “Wiles teria sido tratado de forma desagradável pelo sistema [Canadense]”, admite um membro da comissão de concessão de subsídios, “não porque estivesse trabalhando num problema cuja probabilidade de sucesso seria considerada pequena, mas porque trabalhava sozinho e porque em 7 anos nada foi publicado.” Se Wiles não se preocupava em publicar, é porque, provavelmente, ele estava ocupado demais tentando resolver o Problema de Fermat.

Outra história é a de um jovem matemático de um país em desenvolvimento, que estava visitando uma instituição européia de renome. Durante um encontro informal, um dos membros permanentes do instituto perguntou ao visitante quantos *papers* ele havia publicado, com a clara intenção de constrangê-lo perante seus colegas. “Dois a mais do que Riemann,” rebateu o visitante. Ele estava se referindo a Bernhard Riemann, um matemático alemão do século 19 cujos trabalhos ocupam lugar de destaque no ranking das contribuições mais originais para a matemática moderna, que seriam posteriormente usadas por Albert Einstein na sua Teoria da Relatividade.

Uma vez concluída, a pesquisa deve ser divulgada – e seu autor ou autores devem receber o devido crédito. A publicação em um periódico especializado ainda é a forma privilegiada de comunicação de resultados. Os artigos recebidos por estes periódicos são submetidos a um rigoroso exame por parte de especialistas na área, que informam o editor a respeito do mérito das pesquisas. Embora este processo não seja perfeito, e alguns periódicos tenham mais prestígio que outros, a publicação de um artigo geralmente está vinculada ao reconhecimento de seu valor. Conseqüentemente, uma longa lista de publicações pode ser uma boa maneira de impressionar os membros das comissões de subsídios e promoções, que nem sempre são especialistas na área. Daí a proliferação de *papers* de terceira categoria, ou versões repetidas do mesmo com mudanças apenas superficiais.

Talvez se deva exigir que os autores avaliem seus próprios *papers* como condição para publicação. Isto poderia ser feito através de uma escala de, digamos, 1 a 10, de acordo com a expansão de conhecimento promovida em seu campo (alguns *papers* mercedores de 9 ou 10 poderiam ser citados como exemplo). Muitos autores pensarão duas vezes antes de submeter um trabalho que mereça um mísero 2 ou 3, e poucos teriam a coragem de se supervalorizar a fim de evitar as conseqüências.

A excessiva importância atribuída à produção de *papers* também apresenta um aspecto positivo. A publicação de periódicos especializados é um negócio próspero, se levarmos em conta a quantidade e o fato de seus

preços médios terem se multiplicado por 12 desde 1965. Se as bibliotecas universitárias não dispõem de verba para acompanhar todos estes aumentos de preço, imagine então assinar todas as revistas que brotam quase que mensalmente.

Mas os dias da publicação de trabalhos podem estar contados. Estamos entrando na era das revistas eletrônicas, quando uma ida à biblioteca será substituída pelo acesso ao teclado. A revista *Scientific American* lista 440 periódicos e boletins eletrônicos em 1994, dos quais mais ou menos 100 já são revisados por especialistas. Um dos mais notáveis é o arquivo criado há 4 anos atrás por Paul Ginsparg, no Laboratório Nacional de Los Alamos, no Novo México. O arquivo recebe mil resumos por mês em 20 disciplinas e serve a mais de 25 mil assinantes.

A publicação eletrônica tem um futuro brilhante, a julgar pelo entusiasmo provocado pela Internet e pelas vantagens óbvias de maior disseminação e de mais rápido acesso a um custo baixo. A estas vantagens deve ser somada a possibilidade de interação (comentários e correções podem ser anexados por leitores interessados), sem se falar nos *links* de hipertexto. Não há razão pela qual os *papers* eletrônicos não devam se tornar tão prestigiados como os artigos impressos hoje em dia, desde que os padrões exigidos para publicação se mantenham elevados. Entretanto, ainda se discute como estes padrões elevados podem ser salvaguardados e quem deve pagar ou ser pago pelo quê (“Storming the barricades” / Bombardeando as barricadas, *New Scientist*, 17 de Junho).

Quer sejam impressos no papel ou visualizados no monitor, os trabalhos acadêmicos provavelmente continuarão a ser o padrão de prestígio para a avaliação do cientista médio, mesmo que a quantidade deles não seja proporcional ao talento do autor, nem a falta deles uma prova de letargia científica. No entanto, a importância atualmente atribuída às publicações pode, na verdade, impedir um questionamento original e sério, já que os acadêmicos se prendem a caminhos cautelosos de pesquisa, ou a áreas obscuras e hiperespecializadas cujo material a ser publicado é mais fácil de ser encontrado. Se os cientistas pudessem se libertar da lei “publicar ou perecer”, um número maior deles estaria disposto a atacar problemas verdadeiramente relevantes e instigantes, talvez com menor número de publicações, mas com conhecimento mais significativo.

## Notas

<sup>1</sup> Tradução, por Gisele de Carvalho, de “Is your publication really necessary?”, *London: New Scientist*, 28 October 1995. Gisele de Carvalho é professora-assistente do Departamento de Letras Anglo-Germânicas do Instituto de Letras da UERJ.

<sup>2</sup> **Arturo Sangalli** é membro do Departamento de Matemática da Faculdade Regional de Champlain, em Lennoxville, Quebec, Canadá.